

Se V.Exas. pegarem a produção de Campo Búzios, de agosto de 2019, verão que a produção média diária foi da ordem de 471 mil barris/dia. Poderá gerar, porque vai ter novos furos, equipamentos, mas nada disso ficará no Rio de Janeiro, porque vai vir de outros Estados, ou, certamente, de outros países.

Eu tenho a consciência tranquila. Eu vou votar em relação ao que eu penso, ao que eu estudo e ao que eu conheço dessa área. E vou dizer a V.Exas., é a última volta do poenteiro, não estou falando de royalties, é a última para que possa dar competitividade ao Estado do Rio de Janeiro.

E falar de lei federal, falar de Convênio Repetro 03220, nós vimos que, logo após a promulgação da Lei Complementar 160, São Paulo zerou vários segmentos, inclusive o setor têxtil, zerou o ICMS para esse setor e para vários outros setores. E é isso que Minas Gerais vai fazer, seguramente. Minas Gerais não é o Estado que ficou para trás não, porque quando nós acompanhamos a publicação dos dispositivos de benefício fiscal, tinha mais que o dobro de dispositivos que o Estado do Rio de Janeiro.

Eu antes de colher os pareceres chamo atenção para esta questão. O Deputado Luiz Paulo já falou e eu falei. O Deputado Luiz Paulo quer explicar, vai explicar. Eu não tenho dúvida. A empresa que está hoje em Niterói, que vai ter 3%, eu já conheço empresa que vai sair e vai para São Paulo, porque se ela paga 3% aqui no Estado do Rio de Janeiro e paga 3 em São Paulo, vai pagar em São Paulo. Perdeu o atrativo de produzir aqui. Estou dizendo produzir equipamentos para exploração.

Aí, o sujeito fala como falou hoje para mim: "Mas vai para outros Estados, vai para outro país". Não vai. Sabe por que não vai? Porque o óleo está aqui no Estado do Rio de Janeiro. O Deputado Luiz Paulo poderá dar o testemunho já que ele vai falar, que nós fizemos um debate com o então presidente da Petrobras, Pedro Parente, e vai para lá, vai para cá, e discute, no final, ele falou: "É verdade, Presidente - janeiro de 2018 - é verdade, Deputado André. O petróleo está aqui sim, é verdade. Mas e se os investidores não vierem?" Eu falei: "Mas, presidente, nós estamos em janeiro de 2018, em setembro de 2017 teve leilão. Um lance vencedor do campo chamado Entorno do Sapinhoá ganhou com lance de 80% de óleo para o Governo. Outros dois campos, 76,9, 75,9." Então, eu respeito a posição de todos. Respeito até os Deputados da região produtora da Região dos Lagos, pois lá o discurso se perdeu, porque é difícil você dizer que vai votar para uma medida que vai zerar o ICMS para atrair as empresas para o Rio para produzir os equipamentos para exploração. Porque diferentemente de uma montadora de automóvel, de uma fábrica de cerveja que você pode montar no Estado do Espírito Santo, em Minas Gerais, em São Paulo, uma montadora com ocorreu um tempo atrás com o Rio Grande do Sul disputando com a Bahia, o sujeito tira a montadora e vai e leva lá. Mas o ICMS é pago onde produz e o petróleo está no mínimo 80% aqui no Estado do Rio de Janeiro, isso é comprovado nos leilões de 2017, 2018 e 2019.

Com a consciência tranquila, vou defender minha posição. Não vou fazer campo de guerra, de batalha, porque falar de 70 milhões de reais quando podemos ter no mínimo 100 mil empregos aqui nos próximos anos, é no mínimo 100 mil empregos, seguramente, porque essa história do Campo de Búzios gerar 55 mil empregos, pode gerar sim, mas fora do Brasil.

Eu vou fazer uma réplica com o Deputado Luiz Paulo e...

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Sr. Presidente, também gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não, não vou... Abri a Sessão dizendo que eu ia deixar o Deputado Luiz Paulo falar e eu ia falar. Este Projeto já foi discutido, ele está em votação. Deputado Luiz, muito tranquilamente, uma pena que V.Exa., que esteve com as mesmas premissas em relação ao Repetro, tenha, nesse momento, mudado um pouco o rumo em relação ao Repetro.

Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, o meu ideário revolucionário, esta chama, continua me alimentando, mas o peso da minha idade me faz buscar o possível. Hoje eu me intitulo, com humildade...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Luiz Paulo, não sei para os demais Deputados, o som não está chegando bem aqui.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, eu estava dizendo que a chama revolucionária ainda arde no peito do jovem Luiz Paulo, mas o Luiz Paulo de 74 anos necessita ter contato com a realidade que estamos vivendo e apresentar uma proposta reformista possível.

O discurso de V.Exa. tem 400 pontos de razão, mas o que falta é possibilidade jurídica. Não é verdade que Minas Gerais possa zerar o ICMS dela, como também nós, no Rio de Janeiro, não podemos zerar o nosso ICMS, por dois motivos.

O primeiro é que nós contrariaríamos a lei federal 13.586/2017, que criou o Repetro e estipulou essa alíquota de 3 pontos percentuais válida para o Brasil inteiro. O segundo é que o regime de recuperação fiscal, mesmo numa visão de longo prazo, não nos permite também essa redução porque no curto prazo seria abrir mão de receita. E a lei de minha autoria, que V.Exa. citou, é verdadeira, mas ela não está acima da lei nacional, apesar de nós sermos uma república federativa. Gostaria que pudéssemos, mas, infelizmente, não podemos, estar acima de uma lei complementar federal.

Quando ao Confaz, se V.Exa. estiver assistido, ontem, que eu detesto, porque rouba atividade do Congresso Nacional, tem abrigo na Constituição Federal, já reconhecido pelo Supremo. Quando nós nos rebelamos juntos, em 2018, Sr. Presidente, contra o Convênio ICMS 3 de 2018, foi porque o parlamento ficou chupando o dedo em tudo. O Governo do estado foi ao Confaz, assinou o convênio e internalizou por decreto. Nem oportunidade de conversar sobre o assunto nós tivemos, nem uma reunião com a qualidade que estamos tendo hoje conseguimos fazer.

Por isso, eu fui ao Tribunal de Justiça e apresentei uma ação direta de inconstitucionalidade para derrubar o decreto que internalizou o Convênio 3 de 2018, que está prestes a ser julgada. Nós estamos revogando esse decreto; nós estamos devolvendo para o Parlamento o seu papel.

Hoje, peço aos senhores parlamentares que, no espaço de votação, me deem apoio no Projeto de Lei que estou querendo implantar para que o Governo do Estado não assine nenhum convênio Confaz antes de ser submetido os termos do mesmo à Assembleia Legislativa. V.Exa., já estou lhe pedindo, podia botar em pauta, para devolver o poder legítimo à nossa Casa Legislativa.

Então, entendo o espírito de V.Exa., mas se suas Emendas pudessem valer e eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Agora conspirou contra mim, viu, Deputado Chico? Quando ele ia me dar razão pelas Emendas, congelou tudo.

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

O SR. LUIZ PAULO - Eu também o faço com toda consciência. Se o senhor ler o processo que tenho na Justiça contra o Convênio ICMS-3, o meu litígio com o IBP. Pedí até para riscar algumas coisas desse processo, porque os advogados deles foram até ofensivos à minha pessoa, lá na Justiça, mas eu não estou eivado de sentimento de gostar ou do IBP ou não desgostar, ou de quem quer que seja. O sentimento que me traz hoje é não permitir que o Governo que está instalado acabe de nos levar para o fogo dos infernos, que é sair do Regime de Recuperação Fiscal e não renová-lo.

Sr. Presidente, não estou vendo sua imagem agora, não sei se caiu o seu link, mas por isso que solicito a V.Exa. que seja compreensivo em relação a essa questão, que não é o que V.Exa. deseja e eu conheço a sua reta intenção, mas é que pode nesse momento histórico ser melhor para o Estado do Rio de Janeiro. Tenho plena convicção disso, por isso, apelo a V.Exa.

Eu tenho aqui, como tem V.Exa., um único voto, que é o

meu. Às vezes, em 90% dos casos, a Deputada Lucinha me acompanha. Mas acho que V.Exa. é um homem muito equilibrado, reconhecido, é o líder desta Casa, eu também reconheço, sou seu eleitor, e gostaria que V.Exa. deixasse o Substitutivo ser aprovado, que não é o meu Substitutivo, é o Substitutivo consensuado entre parte do Poder Legislativo e parte do Poder Executivo no que diz respeito aos técnicos, porque hoje o Poder Executivo não tem mais cabeça.

Então, peço a sua compreensão e muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sr. Presidente, posso fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Um instante, por favor. O Deputado Dr. Serginho pediu.

Eu fiquei fora do ar, Deputado Luiz Paulo. Quando V.Exa. ia me dar razão das alíquotas. Eu acho que foi o Deputado Chico Machado que conspirou aqui. Eu voltei exatamente agora. Então, o Deputado André Corrêa quer falar bem como o Deputado Dr. Serginho. Algum outro parlamentar que queira usar da palavra? Um ou dois minutos?

Então, vamos ouvir o Deputado Dr. Serginho.

Não está ouvindo?
(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

O SR. CHICO MACHADO - Isso quer dizer que ele concordou com o Dr. Luiz Paulo.

A SRA. LUCINHA - Deputado Chico Machado, eu não estou ouvindo nada. Está tudo embolado.

Sr. Presidente, o que houve?
(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Eu estava dizendo, Deputado Chico, que, quando o Deputado Luiz Paulo falou das alíquotas, eu achei que ele ia me dar razão, mas o som cortou e apaguei tudo aqui. Eu disse que V.Exa. conspirou, que pediu alguém aqui para puxar. Eu falei que o Deputado Dr. Serginho queria usar da palavra, e, agora, o Deputado André Corrêa, que também está pedindo. Algum outro parlamentar que queira falar?

Essa matéria é tão importante, que precisamos debater mais um pouquinho, porque, como eu disse, é a última chance que o Estado do Rio de Janeiro tem de ter alguma coisa dessa indústria, além dos royalties.

Dr. Serginho, está me ouvindo bem? Para mim está baixo. Três minutos, por favor. Depois, Deputados André Corrêa, Waldeck e Knoploch.

O DR. SERGINHO - Como o Deputado Luiz Paulo também falou, eu tenho uma grande preocupação com relação a um ponto, Sr. Presidente. Quando nós aumentarmos a alíquota incidente sobre os produtos que serão importados - e há os demais estados que detêm essa alíquota em um valor menor -, a nacionalização de peças relacionadas à produção do petróleo será feita de uma maneira inexorável nos demais estados, no Espírito Santo e São Paulo. O Estado do Rio de Janeiro nesse ponto específico vai perder arrecadação quando ingressarmos em uma guerra fiscal sobre os produtos que são importados e com a incidência de uma alíquota do ICMS maior do que a dos demais estados.

Essa é a nossa preocupação, Sr. Presidente. Não adianta quereremos ser mais realistas do que a própria realidade. A mão de obra importada hoje é muito mais barata que a do Brasil. As empresas produtoras dificilmente irão produzir essas peças aqui no Brasil, quando elas têm um custo bem menor fora do país. E, aí, o Estado do Rio de Janeiro, nesse ponto específico, pode perder nessa guerra fiscal e deixar de nacionalizar as peças com a incidência do ICMS sobre elas aqui no estado, por força do aumento dessa alíquota para os bens importados, Sr. Presidente. É só nesse ponto específico em que há uma discordância da minha parte. Por esse motivo apresentei Desteque das emendas, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Estão me ouvindo?

Deputado André Corrêa, por favor.

O SR. ANDRÉ CORRÊA - Presidente, eu quero só tirar uma dúvida. O entendimento que V.Exa. me passou - e eu confesso que eu não tive como estudar a fundo - vai de encontro ao que o Dr. Serginho acabou de falar. É o inverso, ou seja, as alíquotas estão sendo estabelecidas para que possamos estimular os investimentos no estado. Estamos criando um diferencial competitivo para que possamos ter o parque fabril no Estado do Rio de Janeiro. Não é essa a linha do projeto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sim, sim.

O SR. DR. SERGINHO - Nesse ponto, sim, Deputado André Corrêa, Deputado André. Nesse ponto, sim. Mas o que me preocupa é que nós estamos aumentando a alíquota sobre os bens importados. Isso não necessariamente vai fazer com que haja produção aqui, porque normalmente essa tecnologia é internacional, é estrangeira. Nós não temos tecnologia para as peças de produção do petróleo e, naturalmente, essas empresas vão buscar nacionalização dessas peças onde há uma alíquota menor, que é no Espírito Santo e em São Paulo.

O SR. ANDRÉ CORRÊA - Presidente, eu recebi... Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sim.

O SR. ANDRÉ CORRÊA - Estou apanhando um pouco aqui.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sim, sim.

O SR. ANDRÉ CORRÊA - Eu estou apanhando um pouco aqui do sistema ainda. Recebi uma contribuição de uma associação, encaminhada inclusive pelo Vereador de Macaé, em que ele aborda o ponto do Deputado Dr. Serginho - e, aí, eu quero consultar V.Exa. - se não há uma forma de trabalharmos no caso da redação este Projeto para aperfeiçoar. Eu confesso aqui que eu estou falando em princípios. Não preparei Emendas, obviamente não tive como fazer isso.

Mas se não teríamos, Presidente, na redação, diante do que o Deputado Dr. Serginho está falando e agora eu compreendi o que ele falou, e essa contribuição que eu recebi dessa associação, dizendo que as próprias empresas que hoje estão instaladas no Rio de Janeiro, elas também terão um aumento de custo dessas alíquotas de importação. Talvez pudéssemos trabalhar um pouco nessa redação para ficar claro que no caso de a empresa ser instalada no Rio de Janeiro, não haveria esse custo de importação, porque quem já está instalado no Rio de Janeiro - sobretudo no curto prazo - pode ter um aumento de custo. Entendeu, Presidente?

Então, me esclarece se eu estou equivocado nesta minha preocupação.

O SR. LUIZ PAULO - Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não, Deputado Luiz. V.Exa. já falou duas vezes. Vou passar para o Deputado Alexandre Knoploch e, em seguida, vamos...

O SR. ANDRÉ CORRÊA - O senhor escutou minha dúvida, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Escutei. Eu vou respondê-la já.

Perdão, Deputado Knoploch, primeiro o Deputado Waldeck, depois o Deputado Alexandre.

O SR. CHICO MACHADO - Presidente André. Deputado Chico Machado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - V.Exa. quer falar, Deputado Chico? Já, já, Deputado Chico.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Presidente André?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sim, Deputado Waldeck.

O SR. WALDECK CARNEIRO - O Deputado Knoploch tinha pedido antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Então, vamos. Deputado Knoploch, por favor.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero consignar o meu voto favorável a este Projeto, salvaguardando a mesma preocupação que a do Deputado Dr. Serginho, até porque muitas vezes nós não temos produtos similares aqui no Brasil e, tampouco, a condição de produzir - seja ele em qualquer Estado da Federação ou, também, no Estado do Rio de Janeiro.

Agora, é bem verdade que desde esta Constituição nós viemos perdendo muito nessas questões de tributações no petróleo. O Repetro poderia ter sido sim - e a ideia é muito boa -, só que na execução não foi inclusive do conteúdo nacional, que era o tema dos produtos fabricados aqui. E, também, o gravíssimo escândalo que acabou culminando lá com o fim da Secil, que seria a empresa que faria ali os aportes nos estaleiros e, inclusive, deixando a Brasfels, que fica em Angra dos Reis, numa relação muito ruim.

Porém, eu acho, Presidente, que tem que arriscar, sim. Chegou o momento de tentarmos novas formas de trazer divisas para o Rio de Janeiro, inclusive também no que tange - já conversei com V.Exa., - à questão da substituição tributária no Rio de Janeiro, que só afasta as empresas. E, mais uma vez, salvaguardando a questão do Deputado Dr. Serginho, que é muito pertinente. Acho que é o momento desse arrojo para que consigamos trazer um novo dinheiro para o Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputado André Ceciliano, Deputadas, Deputados, eu estou muito provocado pelo Presidente André a fazer o estudo da legislação, mas, nesse ponto que nós estamos debatendo, eu quero me alinhar às ponderações do Deputado André. Qual é a questão? Precisamos aumentar a base produtiva da indústria de petróleo no Rio de Janeiro. Não é possível que nós tenhamos a maior produção de óleo e a nossa base produtiva industrial seja ainda tão inexpressiva.

Então, se criarmos um dispositivo que aumente a nossa competitividade, que permita atrair para cá plantas industriais ligadas ao setor, isso vai gerar emprego não só nesta indústria especificamente, mas em toda a cadeia conexa que alimenta essa indústria.

É verdade que temos uma taxa de 18% da importação desse maquinário. A preocupação do Deputado Dr. Serginho é muito relevante, é claro. Mas, Deputado, digamos que a petrolífera aqui não queira mais importar por causa da alíquota de 18 %, mas, se vai produzir em outro estado, vai recolher 12% de qualquer maneira, segundo essa proposta, sem contar o custo logístico de depois transportar...

O DR. SERGINHO - V.Exa. me concede um aparte, Deputado Waldeck?

O SR. WALDECK CARNEIRO - Claro, agora mesmo, por favor, com todo prazer.

O DR. SERGINHO - Na verdade, eu sou amplamente favorável à diminuição da alíquota para 0%, como o Presidente...

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu entendi.

O DR. SERGINHO - Eu só não sou favorável ao aumento da alíquota em cima das peças de importação.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Entendi. De qualquer maneira...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Mas é isso que eu estou propondo. Não entendi.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Eu estou propondo isso: produziu aqui é zero; trouxe de outro país é 18; trouxe de outro estado é 12. É isso que fala o projeto de lei.

O DR. SERGINHO - Sr. Presidente, eu só não concordo... Desculpe, Deputado Waldeck.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Temos que criar um mecanismo efetivo para melhorar a nossa competitividade. Sem isso não vamos aumentar a nossa base de produção do setor de petróleo no Rio de Janeiro. Não vai ter jeito.

Quero aqui lembrar, fazendo um paralelo, a situação dos estaleiros, a situação da indústria naval. Quanto perdemos no Rio de Janeiro, por exemplo? Algo em torno - alguém me corrija, se tiver muito errado -, de 40 mil empregos, com a redução das atividades do setor naval nos últimos 4, 5 anos, começa a se recuperar um pouco, mas muito lentamente. E não perdemos emprego só no setor naval. Perdemos emprego em todas as cadeias econômicas e produtivas que alimentavam o setor naval, várias cadeias, as mais difusas, da mesma maneira com a indústria de fabricação de maquinário para exploração de petróleo.

Nós temos a maior produção de óleo aqui. Não é possível que continuemos com essa parcela muito reduzida da base produtiva industrial. Então, eu sou favorável a que façamos esse escalonamento.

Aliás, há um argumento muito importante, que o Deputado André já falou na audiência, e outros têm falado. Sim, nós temos a principal vantagem competitiva, ou pelo menos uma das principais: o óleo está aqui, no mar territorial do Rio de Janeiro. Essa é uma enorme vantagem competitiva. Se adicionarmos esta vantagem competitiva natural a essa perspectiva de escalonamento de alíquotas, zerando a incidência sobre a produção industrial fluminense, eu tenho certeza de que pouco a pouco a atração será maior.

Por isso eu sou favorável a essa tese e me alinho com ela, com todo respeito aos estudos - e eu tenho aprendido com o debate que faço sobre esse tema - do Deputado Luiz Paulo, e com a proposta do Deputado André.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Chico Machado.

O SR. CHICO MACHADO - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, sou do município de Macaé. Temos enfrentado ao longo desses anos essas questões do Repetro, da indústria do petróleo. Falo com V.Exa. de coração aberto, porque o entusiasmo com que V.Exa. faz a sua defesa enche os nossos corações desse mesmo entusiasmo, mas, infelizmente, Sr. Presidente, a indústria do petróleo é questão muito delicada.

O Dr. Luiz Paulo vem se desdobrando e vem se dedicando a essa questão. Como V.Exa. bem disse, ele, ao longo dos anos, sempre esteve muito alinhado às questões relativas a esse assunto com o senhor, mas houve uma evolução no sentido de este Projeto ter tido algumas mudanças.